

DESCRIÇÃO DE PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL - CCE E FCE - NÍVEIS 11 A 17
([PORTARIA SEGES/ME Nº 14.399, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021](#))

DO CARGO	
Nome do cargo	Assessor Especial
Nível do cargo	CCE 2.15, FCE 2.15
Órgão de atuação	Ministério de Minas e Energia
Requisitos Legais	<p>- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990: Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;</p> <p>- Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023: Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020.</p> <p>- Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021: Regulamenta a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplifica a gestão de cargas em comissão e funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundamental, e altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.</p> <p>- Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023 alterado pelo Decreto nº 12.698, de 28 de outubro de 2025: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Minas e Energia e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.</p>
DOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	
CrITÉrios Gerais	Conforme o art. 9º da Lei nº 14.204, de 2021: Idoneidade moral e reputação ilibada; Perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e, não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 .
CrITÉrios específicos	<p>I - possuir experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</p> <p>II - ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos;</p> <p>III - possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</p> <p>IV - ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.</p>
DAS RESPONSABILIDADES	

DESCRIÇÃO DE PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL - CCE E FCE - NÍVEIS 11 A 17
([PORTARIA SEGES/ME Nº 14.399, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021](#))

Principais responsabilidades	Fornecer análises técnicas, políticas e jurídicas especializadas sobre temas complexos para subsidiar a tomada de decisão do Secretário Executivo e do Ministro; Antecipar riscos, oportunidades e cenários relacionados a projetos e políticas das áreas de petróleo, gás, energia elétrica, minerais e biocombustíveis; Acompanhar e analisar projetos de lei, medidas provisórias e outros atos normativos de interesse do ministério, avaliando seu impacto e propondo posicionamentos; Coordenar a análise de processos e matérias de alta complexidade que envolvam múltiplas secretarias do MME ou outros ministérios; Representar a Secretaria Executiva em reuniões técnicas e políticas interna e externamente; Atuar como um ponto focal para demandas que chegam à Secretaria Executiva e acompanhando sua resolução; Preparar briefings, discursos, apresentações e relatórios para o Secretário Executivo e o Ministro para reuniões, audiências públicas e eventos; Atuar na coordenação de respostas a situações de crise ou temas críticos da mídia que afetem o setor de minas e energia, trabalhando em conjunto com a assessoria de comunicação.
Escopo de Gestão/Equipe de Trabalho	Geralmente não tem uma equipe própria de subordinados diretos de tamanho significativo. Sua autoridade deriva do conhecimento técnico, da experiência e coordenando o trabalho de especialistas de outras áreas.
DOS REQUISITOS DESEJÁVEIS	
Formação e Experiência	Formação acadêmica de Nível Superior em qualquer área de formação. Experiência profissional na esfera pública – municipal, estadual e/ou federal – e/ou privada.
Competências	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de comunicação clara, concisa e objetiva; - Orientação para resultados; - Visão sistêmica e estratégica; - Compartilhamento de informações e conhecimentos; - Boa comunicação verbal e escrita; - Capacidade de trabalhar em equipe; - Proatividade.
Outros Requisitos	Conhecimento dos programas e ações de competência do Ministério de Minas e Energia. Conhecimento em Administração Pública Federal.